

Senado Federal Governo na defensiva

-5 JUN 1990

Haroldo Hollanda JORNAL DE BRASÍLIA

No curso de uma semana o Governo cumpriu um verdadeiro zig-zague político, em face de requerimento de autoria do senador Jamil Hadad, do PSB, aprovado pelo Senado, no qual se solicitava a liberação de informações por parte do Banco Central sobre a movimentação das contas bancárias no período de 15 de fevereiro a 15 de março deste ano. Depois de muito relutar, no começo desta semana o ministro Bernardo Cabral, da Justiça, comunicou a vários jornalistas a disposição do Governo de enviar ao Senado as informações solicitadas. No entanto, 48 horas depois, as autoridades econômicas voltaram atrás na decisão. Mas ontem, de forma surpreendente, a ministra Zélia Cardoso de Mello encaminhou ofício ao Senado em que se compromete, no prazo de cinco dias, a dar as informações reclamadas.

A impressão dominante no Congresso é a de que falta uma melhor assessoria política ao Presidente da República. O episódio em si desgasta a imagem política do Governo. Em contato com parlamentares, a ministra Zélia Cardoso de Mello vem anunciando a sua disposição de encontrar meios para um melhor relacionamento seu e do Governo com o Poder Legislativo. Os próprios senadores que inte-

gram a bancada governista haviam advertido o senador José Ignácio, líder do Governo, sobre a melhor atitude a ser tomada pela ministra, no caso, atender ao requerimento de informações do Senado. Argumentava-se que não sendo a solicitação cumprida, quem sairia arranhado, como instituição, seria o próprio Senado, com o que jamais poderiam concordar. Manifestavam sua lealdade ao Governo, mas não a ponto de comprometer o prestígio da instituição parlamentar que juraram servir e defender. Sugeriu-se ao senador José Ignácio que a ministra Zélia deveria rever sua posição, fornecendo ao Senado as informações bancárias sigilosas. "Por que só os tecnocratas e não os políticos devem ter acesso a informações sigilosas?", perguntou no plenário o senador Fernando Henrique Cardoso.

A crise no relacionamento político da ministra Zélia Cardoso de Mello com o Senado coincidiu logo em seguida com outro tema polêmico, qual seja, o da reedição da medida provisória que trata dos dissídios coletivos, recusada pelo Congresso dias antes. O Palácio do Planalto alega, em defesa desse seu ato, que assim procedeu no intuito de resguardar o seu programa de estabilidade econômica,

ameaçado que ficaria por reajustes salariais acima de toda e qualquer expectativa. A questão essencial é que, no regime democrático, quem governa está sujeito a embaraços político de toda ordem, como o colocado pelo Congresso, ao tolher a ação do Palácio do Planalto em matéria por ele considerada essencial aos seus desígnios de promover a estabilização econômica do País. Em casos semelhantes a esses o Executivo tem de recorrer ao seu poder criador nos campos políticos e jurídico, desvencilhando-se dos obstáculos postos à sua frente, mas sem que para isso seja preciso atropelar os mecanismos institucionais vigentes. E o curioso é que nesse acontecimento o Governo agiu inspirado pelo melhor propósito, o de evitar o recrudescimento da inflação, embora percorrendo caminhos tortuosos, capazes de gerar um clima de suspeição que passou a cercar seus atos. E o pior, segundo reconhecem lideranças mais tarimbadas, é que o Governo, em esses como em outros episódios, dá a impressão de tomar decisões sem refletir sobre as consequências.

Candidato

O professor Darcy Ribeiro desponta no Rio como o provável candidato do PDT ao Senado, na chapa encabeçada pelo ex-governador Leonel Brizola.